

**RESENHA DA TESE DE SINTHIA CRISTINA BATISTA: CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM QUESTÃO: DO CHÃO, DO ALTO, DAS REPRESENTAÇÕES. [TESE DE DOUTORADO] DEFENDIDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, EM 05 DE MAIO DE 2014, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFA. DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY.**

**Alexandrina Luz Conceição**

A referente tese de Sinthia Cristina Batista é tecida em movimentos lentos. Apresenta-se inicialmente como uma proposta de debate e, aos poucos, vai sendo resgatada dos questionamentos conclusivos do mestrado da autora.

Há uma preocupação emergente no final de seu mestrado, da clareza da necessidade da crítica à cartografia como instrumento de manipulação ideológica, mercadológica e não de produção do conhecimento. Nesse sentido, há toda uma preocupação ao afirmar a necessidade de dotar o mapa não só de intencionalidade, mas de sentido. Na página 19, a autora afirma: “os mapas são ideológicos, mas também apresentam a possibilidade de transgredir as limitações que nos impõem as linhas teóricas e políticas” (BATISTA, 2006, p. 19).

Nessa direção, acredita na: “[...] cartografia que se desenvolva no sentido da emancipação humana, não pode ser usada, nem explicada sem sua base historicamente produzida” (Idem).

Embora a autora apresente como fundamento teórico-epistemológico autores como Jacques Derrida e Michel Foucault, é em Henri Lefebvre que sustenta a sua análise. Seu propósito é compreender a cartografia a partir da teoria crítica da representação de Henri Lefebvre na leitura da produção do espaço – e a partir do materialismo histórico e dialético ser capaz de explicar a atual valorização do mapa, principalmente nas lutas sociais. Na leitura lefebvriana da “práxis revolucionária, práxis mimética e da práxis

**Resenha da tese de Sinthia Cristina Batista: Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações, pp. 121-129**

repetitiva”<sup>1</sup>, “práxis de tensões”: contraditória e desencontrada, para a construção de uma cartografia crítica e radical segundo fundamentos filosóficos marxianos, trata-se, como afirma a autora, “da apreensão possível da explicativa marxiana com vistas a trilhar um caminho metodológico em busca de uma explicativa sobre a cartografia e o mapa produzidos no modo de produção capitalista” (BATISTA, 2014, p. 25s. – nota de rodapé).

Considero que é na página 29 que a autora tece sua proposta de tese. Como afirma:

Optou-se por caminhar, com alguma ousadia, em direção à possibilidade de uma cartografia materialista, histórica e dialética que parta do chão, vá ao alto e seja capaz de explicar as mediações que se realizam nas representações produzidas por/entre o chão (material e simbólico, concreto e cotidiano) e o alto (o mapa como representação da síntese histórica e contraditória da produção do espaço). (Ibidem, p. 29)

Concretamente propõe “tornar o mapa um documento histórico-processual e uma ferramenta da luta pela terra” (Ibid., p. 30).

É nítida em todo o texto da tese a angústia latente do compromisso militante, que se expressa, aliás, em todo o corpo de um texto costurado e tecido em questionamentos, apresentados com densidade a partir da mediação da questão central: esta é a grande angústia assumida e expressa no mito de Sísifo, incansavelmente em busca da negação da razão absoluta copernicana. Para desafiar e superar sua incessante preocupação: “poderia o mapa mediar o discurso e a prática cotidiana dos sujeitos sociais sobre/no espaço?” (Ibid., p. 31).

Para dar conta dessa preocupação, a autora constrói e produz sua tese no ciclo da pesquisa, ação em investigação – ação no sentido da transformar (ação).

Ação compreendida por meio da análise de informações de pesquisa (ação estratégica e tática) sem perder a estrutura científica de uma tese, principalmente por dar à teoria o lugar privilegiado de síntese contraditória.

---

<sup>1</sup> Cf. formulação de José de Souza Martins apud BATISTA, 2014, p. 30.

Embora apresente a tese estruturada em dois momentos – (a) o da sala de aula e (b) o do trabalho comunitário (o pensar/fazer/pensar/agir) –, as etapas que compõem esse ciclo são visualizadas com mais intensidade, em um ciclo que não se fecha, mas que se movimenta do chão ao alto e retorna ao chão em processo.

Planejar a prática: (1) para agir, (2) descrever, (3) avaliar os resultados (investigação) e retornar ao ciclo em outro segundo movimento. Dois momentos distintos e concretizados em práxis (sala de aula e trabalho comunitário).

O processo de elaboração e uso dos mapas revela representações subjetivadas engendradas de uma prática social que produz espaço, mas também media o discurso sobre a realidade objetivada.

1. A construção de uma prática didático-pedagógica para a formação do geógrafo – cartografia como ponto de partida para o desenvolvimento de um raciocínio espacial ou da inteligência espacial.

Nesse primeiro momento do mapeamento comunitário, a construção de uma proposta nasce do embate entre a técnica e a linguagem.

2. Na segunda Parte, propõe-se a produção do Memorial do Assentamento Roseli Nunes-MT com o sentido de fazer o geógrafo pensar o mapa como estratégia espacial e não simplesmente como diagnóstico das relações sociais especializadas – mas como mediação capaz de aprender e transformar uma dada produção espacial – diagnóstico estratégico.

Seu desafio é o de estabelecer interlocuções, debates e análises que possam coletivamente cumprir este projeto, no pensar a partir da tríade: *linguagem, lógica e mediação*.

Apresenta a relação entre o pensar e o fazer cartografia como método, assumindo a narrativa (enquanto sujeito que fala a partir de uma prática escolar pedagógica que assume o político fora dos muros da academia) – uma geografia/ensino militante.

Sua prática docente – suas aulas de cartografia constituem a densidade da reflexão crítica. Deposita nos seus alunos a condição de

sujeitos militantes conscientes de serem capazes de aprender e transformar uma dada produção espacial a partir de um diagnóstico estratégico, para reivindicar, como é o seu propósito, as condições objetivas de resistência e “quicá para a transformação social” (Ibid., p. 32). No entendimento da ação-pesquisa-ação.

Deixo claro o encantamento da sua narrativa livre, ao aprofundar-se no debate teórico-epistemológico tendo os seus enunciados no entendimento da polifonia dos discursos bakhtinianos. A autora consegue didaticamente sustentar toda a justificativa de sua tese, e o faz na mimética da sala de aula e no Assentamento Roseli Nunes – ensinando a ensinar e fazendo-se compreender. Justificativas contínuas bem argumentadas em toda a tese, no entendimento entre diversidade, diferença e desigualdade a partir dos conflitos e das contradições.

Na página 56, encantei-me com a escrita e a beleza da análise. No costuramento dos pressupostos para comprovar a hipótese da tese, abre-se um leque de questionamentos, e então afirma-se no final da página 64: “Tomar a crítica da vida cotidiana na análise dos mapas do vivido exige um ‘saber pensar o espaço’ como sugere Milton Santos”.

Ao fazer o fechamento teórico analítico na página 96, explicita a sua posição na crítica radical à dicotomia do mapa (empíria ou essencialismo idealista): “[...] ou o mapa coloca-se como tudo o que existe, pois está no campo do sensível, ou aparece como a intuição necessária à explicação da razão que captura as essências da realidade”.

E complementa afirmando:

É preciso considerar o mapa historicamente como uma mediação de mediações, como as instituições que o produzem, os objetivos os quais lhe serão aferidos, os alcances desejados e, por fim, a compreensão que se consolida a partir do movimento que torna esta mediação um imediato superior, mediação assimilada que pode superar uma construção do conhecimento ou naturalizar explicações sobre a realidade. (Ibid., p. 97)

Questão que permite abrir discussões como:

1. É possível pensar o espaço para exercer a crítica da vida cotidiana? Ou é o contrário?
2. São os estudantes capazes de exercer a crítica do cotidiano dos Movimentos Sociais?

Sendo seus alunos, durante quatro anos, os sujeitos mediadores de sua pesquisa, assumindo inclusive (papel que depositou neles) essa condição:

3. Quais os limites da práxis dos estudantes no processo de transformação socialista, enquanto estudantes e definição de uma classe social?
4. Quais os limites das contradições da realidade cotidiana deles enquanto classe? É possível práxis de classes quando não são sujeitos reais de classe?

Nas páginas 100, 101 e 102, a autora se supera ao tentar reexplicar e demonstrar sua tese. De certa forma, a autora aparentemente quase cria outra tese, mas, como esta se sustenta nos mesmos pressupostos teóricos, não foge à sua explicativa inicial, mas de certa forma tece uma outra tese (que tem grande riqueza teórica, fato que a geografia há muito vem perdendo).

Na página 101, afirma:

[...] se os mapas são formas de ver, é possível a coexistência de diversos discursos os quais suas práticas sociais não se conflitam ou se oponham materialmente? Só no plano das ideias? Então não há desigualdade, só a diversidade, as relações de poder sempre existiram e existirão, modifica-se apenas onde se situa, em qual grupo social, cultura, nação ou civilização? A noção de simulacro substitui o território, antecipa-o e/ou o fortalece?

Isso remete a questionar: seriam os mapas imagens mentais que carregam visões de mundo ou representações forjadas a partir das relações sociais material e historicamente determinadas, produzidas na práxis cotidiana? Essa reflexão crítica toma toda a tese até o final, em que sua angústia em dar conta de uma probabilidade materializada de uma re(ação) contra-hegemônica fica nítida. Nessa interação viva e tensa, emerge uma série de enunciações engendrando vários questionamentos, depositando ao

**Resenha da tese de Sinthia Cristina Batista: Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações, pp. 121-129**

---

leitor a responsabilidade de questionar o questionado. Se, de um lado, esse movimento é muito bom para não congelar o conhecimento e fazer avançar no pensar teórico, por outro, aparentemente poderia provocar indefinições; porém, a solidez da estrutura do texto acadêmico não o permite.

Compreendendo a sua análise a partir do método tridialético, fica nítida a sua preocupação do movimento da negação da negação, fato comprovado no final da página 103 que, para mim, responde às suas várias angústias.

Compreende que o mapa não pode ser naturalizado como um veículo de poder, e entende que no modo de produção capitalista "o mapa é também uma representação da propriedade privada, do espaço como mercadoria, ao mesmo tempo em que poderá emergir como uma possibilidade de apropriação do espaço" (Ibid., p. 103).

E afirma:

[...] Não se trata de veicular novos discursos críticos sobre o espaço, mas compreender e empreender os mapas como medições que viabilizam e/ou resistem à lógica dominante da produção do espaço inscrita numa totalidade. (Idem)

No transcurso da página 143, novos questionamentos levaram-me às seguintes reflexões: Qual é o discurso que não é competente? Como pensar essa diferenciação, se de fato existe ou se é forjado?

Na página 149, a autora afirma que: "Lefebvre, ao considerar a sociedade contemporânea, compreende, diferente de Marx, que 'o deslocamento que ocorre com a substituição do representado pela representação *se perpetua*'".

No primeiro capítulo da parte 2: "A práxis com a comunidade do assentamento", início do segundo momento da análise da tese, a autora deixa explícito que fazer cartografia não é um exercício de configurações de linhas, ou mesmo de fazer representações de fixos para apresentar simbolicamente uma realidade a partir de fora para dentro.

A cartografia que a autora nos apresenta exige pisar no "chão" para depois se chegar ao "alto". E não "do alto para o chão". E, visando essa

preocupação, aí se apresenta a autora Sinthia Batista que, ao lado de sua orientadora Dirce Suertegaray, soube *ousar*, a fim de fazer compreender a necessidade do domínio teórico e da prática.

Por dentro da tese, vai costurando, com fios dialógicos em torno do objeto de sua enunciação (A tese), um jogo dialógico de intenções do discurso de um, mas que se refrata como discurso de uma classe social, desenvolvido como multidiscurso social (BAKHTIN, 1993). Nesse movimento, nega a cartografia do poder do capital e do Estado para buscar uma cartografia de classes.

Nessa direção, um leque de questões/afirmativas viabiliza a construção de novos enunciados que precisam ser assumidos em novas pesquisas:

1. O mapa amplia as estratégias de luta.
2. O mapa viabiliza um saber espacial que produz representações e manifesta um estado de consciência de classe (Ibid., p. 244).
3. O assentamento é um espaço concebido pelo Estado e apropriado pelos camponeses (Ibid., p. 244).

Sua leitura apresenta uma grande riqueza de reflexões que permitem aprofundar o debate teórico, não só da geografia, mas principalmente de nossas práticas de militância. A autora traz vários subsídios críticos analíticos para fazer pensar “do chão para o alto” e constatar o quanto a cartografia foi instrumento de poder do capital mediado pelo Estado. Dessa forma, demonstra o mapeamento como resgate processual da memória de luta pela terra, e conclui:

- o mapeamento a partir do coletivo dos sujeitos reais visualiza e revela os conflitos, as contradições internas e externas;
- o uso do mapa como mediação estratégica faz emergir os significados da produção do espaço, do assentamento;
- o entendimento territorial revela os conflitos;
- as plantas elaboradas pelo Incra representam a subordinação da agricultura camponesa e condenam os assentamentos ao ilhamento. É eminente a diferença dos mapas produzidos pelo Incra e os produzidos

**Resenha da tese de Sinthia Cristina Batista: Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações, pp. 121-129**

---

pelos camponeses – “os raios de sol”. E então descortina a importância da consciência para os assentados das *múltiplas determinações e possibilidades que o mapeamento representa como estratégia para a elaboração de um projeto futuro*.

Isso torna perceptível o entendimento de como o Assentamento Roseli Nunes está encravado (ilhado) no domínio do agronegócio (Ibid., p. 455, mapa 40).

Nesse movimento, a concepção de cartografia apresentada pela autora revela-se, de fato, “do chão para o alto”. E fica explícito que o tensionamento entre a apropriação e a dominação do espaço pode, de fato, ressignificar o conhecimento geográfico e cartográfico do território, os limites no processo de avanços e recuos no território da luta.

Isso nos evoca a obra *Guerras e Guerrilhas* de Lyn Piao e Regis Debray, e revela também a possibilidade da permanência camponesa, representada no Mapa 41 (Ibid., p. 467). Enfim, descortina-se a possibilidade da utopia no mapa do futuro dos camponeses assentados do Roseli Nunes!

Desde a página 418, a autora vai apresentando as suas conclusivas. É importante destacar que a autora elege sua conclusão de tese no final da página 435.

A partir desse processo, a proposta ousa construir um instrumento de luta e autogestão territorial, elevando o espaço percebido para outra compreensão. Portanto, as representações caminham no sentido de outra concepção e percepção do espaço, que viabilize uma produção do espaço autogestionária, a da vida comunitária dos camponeses assentados (compreendida contraditoriamente em sua relação espaço-temporal), como perspectiva revolucionária, outro vivido possível, que não é puro, ingênuo. (Ibid., p. 474)

Defendemos que, com a metodologia assumida no movimento da ação/pesquisa/ação, a conclusão não pode estar aí limitada, pois pode ser encontrada tecida em todo o corpo do texto da tese.



Na página 482, o desafio militante se apresenta na afirmativa: “é fundamental admitir que a mobilização de uma comunidade não pode nascer do desejo de um pesquisador”.

Ou no final da página 483, no último parágrafo, no qual se pode visualizar a angústia de uma não realização de tese. “[...] poderá então a cartografia revelar as contradições da luta? A tensão entre a propriedade camponesa e um coletivo socialista?”

Enfim, posso afirmar que o que está escrito não necessariamente é a efetivação do que a autora deseja, do que se quer, mas a possibilidade de “insistir nas rupturas cotidianas historicamente produzidas e assim constituir a cartografia como um saber estratégico instituído de sentido, o da luta pela emancipação humana” (Ibid., p. 485).

Parabéns Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sinthia Batista, parabéns Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dirce Suertegaray (orientadora) por conceberem essa EXCELENTE tese, que – tecida, em várias teses – abre diversos horizontes e ergue as vozes dos assentados do Roseli Nunes-MT na luta e na busca de um novo amanhecer.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética.** São Paulo: Unesp; Hucitec, 1993.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Visualização cartográfica: do desenvolvimento do raciocínio espacial à compreensão dos fenômenos geográficos.** 2006. 208 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações.** 2014. 512 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.